



CONTEXTO PASTORAL

Suplemento
do Jornal
CONTEXTO
PASTORAL nº 15
Julho / agosto
de 1993

(5)

Debate

Que integração é essa?



INTEGRAÇÃO OU DOMINAÇÃO?
O Mercosul constitui um processo de integração entre os governos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O economista Paulo Schilling analisa as consequências deste projeto neoliberal cuja inspiração — a integração latino-americana — pode significar a dominação dos países mais poderosos sobre os mais débeis. Páginas 3 a 8

CRISE DAS IDEOLOGIAS, UTOPIA E REINO DE DEUS
O que o Mercosul tem a ver com a discussão sobre ideologias, utopias e Reino de Deus? O teólogo Jung Mo Sung reflete sobre a questão e aponta desafios para a pastoral. Páginas 9 a 15

MERCOSUL — SONHO OU PESADELO?
Ao refletir sobre o livro de Apocalipse, o biblista Paulo Roberto Garcia destaca imagens que contribuem para a reflexão sobre a realidade que o Mercosul impõe aos latino-americanos. Páginas 16 e 17

MERCOSUL DESAFIA A AÇÃO PASTORAL DOS CRISTÃOS
Jorge Atílio Julianelli e Paulo Roberto Salles Garcia. Páginas 18 e 19

MERCOSUL: SUSPEITA E PREOCUPAÇÃO

Desde novembro de 1991, com o Tratado de Assunção, estão sendo dados passos para a implantação do Mercado Comum do Cone Sul, o Mercosul. Trata-se de mais uma tentativa de integração de alguns países do Continente.

Entretanto, quando se fala de integração, é importante perceber o que está por trás dessa iniciativa. Pode ser uma proposta que venha contribuir para o processo de libertação e de garantia da dignidade para os povos

envolvidos. Mas pode ser também uma estratégia para que os que têm melhores condições — econômicas, geográficas, políticas, etc. — perpetuem sua dominação sobre os mais pobres e impossibilitados de participar do jogo do mercado.

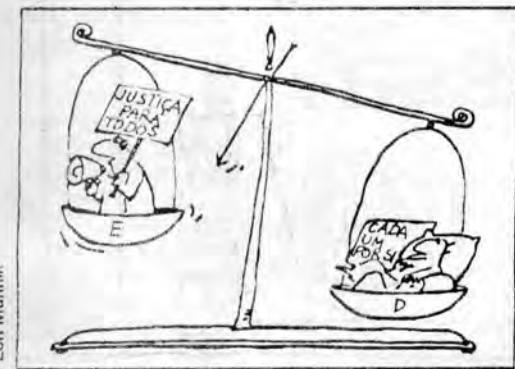
Diversos analistas e a grande maioria dos movimentos sociais vêm com suspeita e preocupação a implantação do Mercosul. Segundo esses segmentos, a iniciativa é precipitada, elitista e voltada para os interesses dos grandes grupos econômicos. Isso sem falar que não tem havido qualquer participação da sociedade civil.

Na verdade, o que está alimentando esse processo e outros é a perspectiva neoliberal, caracterizada pela privatização, idolatria ao Mercado, livre iniciativa, abertura ao capital estrangeiro, entre outros aspectos. A consequência principal é a exclusão de maciça parcela da população mundial.

Diante deste quadro, é fundamental que haja, primeiramente, uma mobilização de segmentos sociais. Representantes de diversas igrejas cristãs, por exemplo, convocados pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), denunciaram o pecado da injustiça e da exclusão, embutido na proposta desse mercado, e convocaram os cristãos para que multipliquem a discussão em suas bases locais, para uma reflexão mais ampla e um testemunho mais efetivo.

Em segundo lugar, é importante, também, que haja uma socialização das informações. Neste sentido, o Suplemento *Debate* do jornal CONTEXTO PASTORAL apresenta este material. A maioria dos artigos tem como pano de fundo a Consulta às Igrejas sobre o Mercosul (25-28/11, Porto Alegre/RS), em que a temática foi abordada por diversos especialistas e lideranças das igrejas.

Espera-se poder contribuir com a reflexão e, acima de tudo, fortalecer os caminhos daqueles que, sob a inspiração do Espírito Santo, buscam uma sociedade baseada na paz e na justiça.



DEBATE

Suplemento do jornal
Contexto Pastoral nº 15
julho / agosto de 1993

Publicação do Centro
Evangelico Brasileiro de
Estudos Pastorais —
CEBEP (Rua Rosa de
Gusmão, 543 — 13073 —
Campinas SP —
Tel. e fax: 0192-411459)
e do Centro Ecuménico
de Documentação e
Informação — CEDI
(Rua Santo Amaro, 129
— 22211-230 — Rio de
Janeiro RJ —
Tel. 021-2246713 e
fax: 021-221-3016)

Neste número:
Editores
Magali do Nascimento
Cunha
Paulo Roberto Salles
Garcia (MTb.18.481)

Editor-assistente

Carlos Cunha

Colaboradores

Integrantes do Projeto
Especial Dívida Externa
Paulo Schilling
Paulo Tomsic
Anivaldo Padilha

Conselho editorial

José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Diagramação

Anita Slade

Fotolito e impressão

Tipográfica Comunicação
Integrada

Tiragem

10 mil exemplares

MERCOSUL: QUE INTEGRAÇÃO É ESSA?

Paulo Schilling

O Mercosul constitui um projeto de integração entre os governos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e traz à tona uma antiga aspiração, sempre presente em diversos momentos da nossa história: a integração latino-americana.

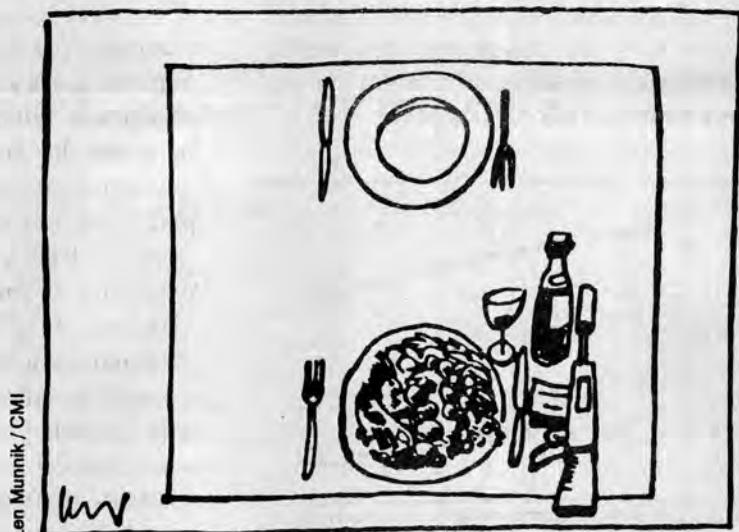
Entretanto, se estamos falando em integrar, cabe uma pergunta: Por que se dividiu? Para se juntar algo, há necessidade de que tenha havido um processo de divisão.

Em primeiro lugar, há que se lembrar que não havia fronteiras na região. Com exceção de algumas nações indígenas mais desenvolvidas — como os incas, os maias e os astecas, que estavam estabelecidos de forma mais permanente em suas regiões —, os demais vi-

viam de forma nômade, movimentando-se de lugar em lugar de acordo com suas necessidades de caça e pesca.

A primeira grande divisão foi estabelecida pelo Tratado

de Tordesilhas, que marcou a história do Continente durante todos estes séculos, primeiramente no âmbito de Portugal e Espanha. O Tratado representou uma ação do Vaticano que



DEZ CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA UM MERCADO COMUM

1. Plena soberania dos países-membros em relação aos centros exteriores de poder e decisão.

Os quatro países firmadores do tratado estão completamente absorvidos pelas políticas econômicas dos bancos credores e dos organismos internacionais, situação decorrente do "endividamento" externo a que os governos desses países têm-se submetido. O Brasil está, até o momento, submisso ao monitoramento político do FMI. A Argentina, com a paridade austral-dólar, perdeu a autonomia de emitir livremente sua moeda. O Uruguai já não possui mais um sistema financeiro nacional, está reduzido a uma "colônia de banqueiros". O Paraguai, enquanto não revisar o Tratado de Itaipu, continuará a ser o "porto rico" do Brasil.

"Podem os sócios do Mercosul ser considerados efetivamente soberanos?"

2. Efetiva vontade política e representatividade política dos governos que protagonizam o processo.

O atual processo de integração de mercados foi introduzido por governantes que perderam sua representatividade:

Sarney do Brasil e Alfonsin da Argentina, Fernando Collor acabou de ver aceito o processo de "impeachment" e Carlos Menem demonstrou quão aliado é do Brasil durante a guerra do Golfo, quando criou dificuldades diplomático-políticas entre Brasília e Washington, ao enviar dois navios argentinos para o "front".

3. Real interesse das classes dominantes dos países-membros no processo da integração.

Quem possui um interesse real neste processo de integração, são as transnacionais. Elas poderão racionalizar a produção no subcontinente, ao invés de "dividir para explorar melhor". Porém, as burguesias nacionais já possuem um descrédito total no futuro de seus países, ainda menos acreditáram num processo de integração. A prova disso são os indicadores de fuga de capitais divulgados pelo Banco Morgan: Brasil — US\$ 42 bilhões, e Argentina US\$ 49 bilhões. Mario Amato que recentemente declarou-se como corrupto, afirmou que se Lula ganhasse as eleições, 800 mil empresá-

dividiu o Continente (o Brasil expandiu as fronteiras pelo trabalho dos bandeirantes a partir desse Tratado). Tal ação provocou uma presença imperialista muito grande no Brasil por parte de Portugal, e essa tendência permaneceu presente na América Latina. Até hoje no Continente, nós que vivemos no exílio, tivemos que escutar muitas vezes sobre o problema do subimperialismo ou do imperialismo brasileiro. Escutamos a toda hora essas críticas e essa desconfiança que há. É necessário perceber que há um perigo muito grande neste momento em que se fala em abrir fronteiras.

DIVIDIR PARA IMPERAR

Posteriormente, surgiu o contexto da independência, a qual foi articulada em um congresso da Santa Aliança, na Europa pós-Napoleão. A grande figura

foi Lord Canning, e prevaleceu sua teoria, segundo a qual uma vez mais a solução de um Brasil grande governado por uma dinastia europeia e as demais repúblicas muito divididas — quanto mais divididas, melhor — foi sugerida. Ou seja, um país grande foi fragmentado ao extremo, dentro da velha teoria romana de dividir para impor. Isso explica o que se passou na América Espanhola. A América Central, que deveria ser uma só república, dividiu-se nessas pequenas repúblicas de hoje. Outros casos ocorreram com o Paraguai e a Bolívia, dois países mediterrâneos, com uma capacidade de desenvolvimento mínima. O Brasil sempre esteve vigilante — o império dos Braganças, a Casa Portuguesa —, e defendia os interesses da Inglaterra. Sem-



pre que surgia um governo nacionalista que buscava uma solução não-imperial, estava o Brasil atento para liquidá-la. Infelizmente, para vergonha nossa, dos brasi-

leiros que têm consciência do processo, não houve um processo de revisionismo histórico.

Isso se seguiu até os tempos modernos. Durante a plena vigência da doutrina de segurança nacional, depois da ditadura no Brasil, já dentro da teoria dos geopolíticos norte-americanos, surge a teoria de Golbery do Couto e Silva, o "satélite privilegiado". E o Brasil segue como guardião da América do Sul. Por exemplo, quando houve um governo progressista na Bolívia, com o general Torres, quem interveio não foi a CIA mas o serviço de inteligência do exército brasileiro. Quando

rios sairiam do país. Isso demonstra o interesse das burguesias nacionais.

4. Uma visão clara, bem definida, do que é um mercado comum.

O projeto de criação de um mercado comum europeu foi iniciado em 1957, e ainda hoje a implantação está encontrando suas dificuldades. O Mercosul tenta ser implantado demasiadamente rápido. Os governos do Brasil e da Argentina já têm implementado a redução de tarifas aduaneiras, mas, até mesmo as burguesias nacionais percebem a mentira que isso significa:

"As novas políticas tarifárias do governo Menem determinaram, basicamente, que as matérias-primas e os produtos não fabricados na Argentina não pagariam tarifas de importação. Com essa nova regra, mais de 400 insumos farmacêuticos e medicinais tiveram sua alíquota zerada. Onde está a vantagem de termos um Mercosul?" (Dárcio Nogueira, da ABIQUIT, Gazeta Mercantil, 23/07/91).

5. A necessidade básica de uma moeda comum, ou pelo menos, da paridade cambial.

Não é possível haver integração econômica sem prioridade monetária. A principal dificuldade nesse tocante é a dolarização da moeda argentina. Isso impõe que, ou os 3 outros países dolarizam suas economias, ficando todos os 4 submetidos à regulação monetária do Federal Reserve Board norte-americano, ou a Argentina retrocede.

6. Um código de ética objetivando estabelecer normas mínimas de moralidade na administração pública e nas práticas da iniciativa privada.

Essa, sem dúvida, é, entre as tarefas prioritárias, a mais árdua. A corrupção da República das Alagoas levou à suspensão do mandato do governante, por meio do processo de impeachment, e à aparição da República de Juiz de Fora. Na Argentina, o governante vive a dubiedade de ter que ser mais fiel aos mandatários norte-americanos, que aos familiares corruptos, aos quais vem demitindo um por um. Obras binacionais como Itaipu, mostram como a corrupção atinge o Paraguai, mas ainda mais a hidrelétrica de Yaciretá, considerada por Menem um monumento à corrupção". O Uruguai continua sendo o "paraíso financeiro de lavagem de dólares e o grande exportador do juro pro-

se tratou de liquidar a mais antiga democracia do continente latino-americano, quem interveio foram os serviços de inteligência do exército brasileiro. A intervenção do Brasil na liquidação do governo democrático de Salvador Allende foi tão importante quanto a intervenção norte-americana. A rivalidade entre Brasil e Argentina se manteve durante quase um século, e foi algo absurdo, incentivada pelos imperialismos, em razão do crescimento muito acelerado da Argentina, quando esta se transformou em celeiro e frigorífico da Europa, exportando cerca de 40% dos

grãos e da carne do mundo, mas fundamentalmente vinculada à Grã-Bretanha, o grande império da época. A Argentina se transformou na sétima economia do mundo. O Brasil, pouco a pouco, se coloca sob a influência dos Estados Unidos, e se reproduz o absurdo enfrentamento entre Brasil e Argentina.

Durante quase um século, os militares de ambos os países fizeram planos de invasão. Felizmente, nunca houve oportunidade de aplicá-los. Nos anos de 1970 estivemos a um passo de um conflito armado na disputa pelo potencial hidrelétrico do rio Paraná sobre as cotas de Itaipu. O Brasil decide construir Itaipu pensando menos em energia hidrelétrica do que numa bomba de água. Isso poderia mudar toda a mesopotâmia argentina. Imediatamente a Argentina acelerou a fabricação da bomba atômica. Felizmente, em 1979, em um acordo

tripartite, foi dado um ponto final. Não interessava mais ao Pentágono esse conflito.

Hoje as relações são brandas. Seguem, todavia, forças que não deveriam se colocar numa direção diferente. Há aproximadamente dois anos e meio, a Escola Superior de Guerra publicou seu relatório que é uma programação para o ano 2001 em que o general Muniz afirma o seguinte: "Seguem os sonhos heróicos dos geopolíticos do Brasil. O século XIX foi o século da Grã-Bretanha; o século XX é o século dos Estados Unidos da América do Norte; e o século XXI será o século desta grande nação tropical que é o Brasil". Entretanto, o Brasil vive a pior crise de sua história...

Vai em frente essa teoria das fronteiras vivas, elaborada pelo Itamarati. A fronteira não é fixa, mas móvel, e avança ou retrocede de acordo com o

A intervenção do Brasil na liquidação do governo democrático de Salvador Allende foi tão importante quanto a intervenção norte-americana

duzido na Amazônia. O Paraguai foi transformado em "zona franca", onde, depois de um passeio turístico a soja e o café brasileiros são transportados como produtos guaranis.

Como permitir tudo isso?

7. O estabelecimento dos índices mínimos de nacionalização dos produtos industriais fabricados pelos países-membros.

Não estão regulamentados pelo Tratado de Assunção os critérios sobre produtos originados em outros países e terminados, montados ou misturados nos países-membros. Isto possibilita a indeterminação da origem do produto, facultando a camuflagem com a simples aposição de uma etiqueta. A falta de seriedade nesse ponto é tão grande, que o governo brasileiro ampliou os privilégios fiscais para a Zona Franca de Manaus. Será que o Mercosul será uma enorme Zona Franca? Eliminar-se-ão as indústrias da região?

8. Regulamentação dos problemas sociais-trabalhistas, desde salários, condições de trabalho, sindicalização, previdência social etc.

As disparidades entre os países assinantes do Tratado de Assunção são enormes. O Brasil é o que possui o menor salário mínimo se comparado com seus parceiros, US\$ 70/80, enquanto na Argentina está entre US\$ 250/300, e no Uruguai e Paraguai entre US\$ 200/250. Parece óbvio que a harmonização salarial não iria acontecer pelos patamares mais altos com a efetivação do Mercosul. A mesma disparidade pode ser referida quanto à organização sindical nos diferentes países. Muito embora, a CUT tenha conseguido a criação de um grupo de trabalho (GT11) que estuda estas questões, com a instituição do Mercosul poderão verificar-se manobras prejudiciais aos trabalhadores de um ou outro país. A selva do mercado de trabalho, no Brasil e na Argentina, poderá ser uma selva muito maior e mais perigosa para todos os que vivem de salário.

9. Arquivamento definitivo de todos os planos e teorias expansionistas.

Desde o século XIX os teóricos geopolíticos militares brasileiros, que sonham com o Brasil potência, procuram meios de fazer com que o país consiga a hegemonia político-econômica no subconti-

maior ou menor desenvolvimento econômico e democrático dos países limítrofes. No Brasil, há que fazer uma campanha para que essas idéias desapareçam. Porque, numa abertura de fronteiras para um mercado comum, isso pode significar algo muito sério. Neste momento já se observa que aumentaram tremenda- mente as compras de terra na Argentina e no Uruguai. Fundamentalmente por parte de plantadores de arroz do Rio Grande do Sul. São terras bai- xas, boas para irrigação.

TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO

É importante destacar duas tentativas de integração muito pouco conhecidas, as quais devemos resgatar, pois contêm elementos de como deve ser, para nós, uma integração. A primeira foi a tentativa do Pac-

to de ABC, que foi uma iniciativa de um mercado comum entre os governos da Argentina (Perón), do Brasil (Getúlio Vargas) e do Chile (general Ibáñez), inicialmente. Tratava-se de uma integração verdadeiramente popular, com um caráter nacionalista e antiimperialista. Perón defendia que a integração latino-americana era a única solução para pôr fim a "essa exploração a que estão nos submetendo, mantendo-nos como consumidores do que é fabricado por eles". Em discurso secreto pronunciado na Escola Nacional de Guerra, Perón fez a apologia da integração: "Eu penso que o ano 2000 vai nos surpreender ou unidos ou dominados".

Por sua vez, Getúlio Vargas já não tinha poderes na mão. Ele não conseguiu cumprir sua



parte, e veio a resistência, e Vargas se suicidou em 1954. Perón foi também liquidado. Enfim, perdeu-se a oportunidade de uma integração efetiva, dentro de um processo de libertação.

Com relação à segunda tentativa, há que recordar a primeira etapa do Pacto Andino: o Tratado de Cartagena. Nesse tratado, estão todas as bases para a integração dos povos, tratando de defender os interesses econômicos dos nossos povos, regulamentando as ações das empresas transnacionais, assegurando toda uma série de vantagens para os países menos desenvolvidos da região. O Tratado de Cartagena foi um processo de integração dentro de um plano de desenvolvimento com características efetivas de libertação nacional. Estavam envolvidos direta-

nente e encontre uma saída para o Pacífico. Isto tem justificado projetos coloniais como os de Itaipu, onde o Paraguai fica completamente submetido aos desmandos "acordados" com a Eletrobrás. Ou dos "assassinatos" produzidos aos Nuaorani, no Equador, pela Petrobrás. Mesmo os argentinos, em vista de possibilidade de inundação provocada por Itaipu, aceleraram a produção de uma bomba atômica! "A abertura das fronteiras econômicas poderá facilitar, agilizar, acelerar esse processo de expansão territorial que se verifica ao longo das fronteiras brasileiras se não forem arquivadas definitivamente as teorias geopolíticas de certos círculos militares e não se processar, com a maior urgência, uma ampla e profunda reforma agrária".

10. Um mínimo aceitável de estabilidade e desenvolvimento nos países em processo de integração.

As atuais tendências dos indicadores econômicos apresentam o aprofundamento da crise dos anos 80, chamados de "década perdida". O PIB tem decrescido nos quatro países, com exceção do Paraguai que se mantém na média baixa histórica da América Latina. É ainda mais grave a situação decrescente da renda per capita. Os argenti-

nos perderam 1/4 de sua renda/habitante durante a década. A inflação não tem sido debelada em nenhum dos quatro países. A necessidade de exportar o máximo para cumprir a pauta do FMI, e adquirir divisas para manter o pagamento dos juros da Dívida Externa, o que tem sido uma das causas históricas da inflação. Ademais, a distribuição da renda interna dos quatro países tem levado a uma concentração cada vez maior. Se compararmos a renda dos 1% mais ricos com os 10% mais pobres, vemos que existe uma desproporção de 288 x 1. "Se não ocorrerem amplas e profundas reformas econômicas, políticas e sociais nos quatro países do Cone Sul que se associaram para formar o Mercosul, verdadeiros milagres que revertessem as atuais tendências até 1/1/1995, teremos um mercado comum insólito: a integração da crise econômica, da dependência, da inflação, da miséria e da corrupção.

Fonte: Schilling, Paulo R., *Mercosul: integração ou dominação?* SP, CEDI, 1992 pp. 105-131

Resumo feito por: Jorge Atilio Silva Julianelli

mente Salvador Allende (Chile), Velasco Alvarado (Peru) e Juan José Torres (Bolívia).

O que se seguiu foram golpes no Chile, no Peru e na Bolívia, e se liquidou com essa tentativa, e todo o aspecto progressista da integração andina veio abaixo.

Portanto, não é fácil conseguir uma integração dos povos, pois há uma vigilância muito clara sobre qualquer tentativa nesse sentido.

A Associação Latino-Americana do Livre-Comércio (Alalc) e sua sucessora se mostraram também um fracasso, e demonstraram que continuamos a ser colônia. O começo da Alalc entre nossos países significa somente 10% do total do comércio exterior dos países associados, e o Pacto Andino significa apenas 4%. A sede do poder e os centros de decisão, portanto, situam-se na Europa, nos Estados Unidos e no Japão.

MERCOSUL: INTEGRAÇÃO OU DOMINAÇÃO?

Finalmente, chegamos à situação atual. No projeto do Mercosul, estão, em primeiro lugar, os protocolos dos governos do Brasil (José Sarney) e da Argentina (Raúl Alfonsín), que não são mais do que aplicação de acordos já estabelecidos.

Em 1992, o então presidente Collor foi retirado do poder. Toda sua política era no sentido de conseguir elevar o País à categoria de Primeiro Mundo. Declarou, inúmeras vezes, a necessidade de se abandonar a retórica terceiro-mundista para permanecer no Primeiro Mundo: pleiteou o sexto lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas, abriu as fronteiras do País, adotou o neoliberalismo... A única coisa que

QUEM É QUEM NO MERCOSUL

- Os quatro países do Mercosul têm uma superfície de quase 12 milhões de km².
- A população, em 1990, era de cerca de 190 milhões de habitantes.
- O Produto Interno Bruto (PIB) dos países soma 456 bilhões de dólares (sem contar as economias informais).
- A renda per capita é de 2.400 dólares.
- As exportações são de aproximadamente 46 bilhões de dólares com importações de quase 22 bilhões de dólares.
- Em 1990, a balança comercial total entre os quatro países somou perto de US\$ 4 bilhões. Os dois parceiros-chaves foram o Brasil e a Argentina, totalizando 52,5% desse total, enquanto o Brasil e o Uruguai representavam 19,7%, e o Brasil e Paraguai, 17,5%.
- As exportações brasileiras para o mercado argentino registraram, em 1991, US\$ 1.476 bilhão (expansão de 129%), e as importações ficaram em US\$ 1.585 bilhão (incremento de 13,2%) — um déficit de US\$ 109 milhões. O crescimento das exportações brasileiras para a Argentina continuou em 1992. No primeiro semestre desse ano, as vendas externas para o mercado argentino acumularam US\$ 1,2 bilhão, com expansão de 130% em relação a igual período no ano anterior. Por outro lado, as importações, nesse semestre, atingiram US\$ 657 milhões, com um decréscimo de 10% em relação ao mesmo período do ano anterior. O saldo a favor do Brasil atingiu, no primeiro semestre de 1992, US\$ 543 milhões.
- No âmbito do Mercosul, o Brasil, em 1991, conseguiu vender aos três países-membros 77% a mais do que em 1990, ampliando suas exportações de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 2,3 bilhões. Em 1990, as exportações brasileiras foram de 4,2% de suas exportações totais; em 1991, esse índice atingiu 7,3%.
- O Brasil exporta, para os países do Mercosul, 90% dos produtos industrializados, e é um importador de produtos agrícolas.
- O salário mínimo no Brasil varia de 45 a 90 dólares. No Uruguai é 86 dólares; no Paraguai, 178 dólares; e na Argentina, 200 dólares.
- A taxa de inflação, em novembro de 1992, foi de 24,2% no Brasil, 0,5% na Argentina, 1,7% no Uruguai, e 1,5% no Paraguai. A inflação no período de dezembro/91 a novembro/92 foi de 1.157,4% no Brasil, 17,9% na Argentina, 58,7% no Uruguai, e 17,8% no Paraguai.

Fonte: Mercosul ou Nossa Integração? Mercosul em Números.

conseguiu de Bush foi o apelido carinhoso de "Indiana Jones" brasileiro.

Por sua vez, Menen, que já queria uma integração com o Brasil, teria que assinar um tratado que incluisse, entre outros aspectos, a paridade da moeda. Entretanto, assinou um tratado de paridade entre o austral (na época) e o dólar norte-americano. Na verdade, estava pensando em integração com os Estados Unidos e não com o Brasil. Afinal, sem paridade entre cruzeiro real e peso não há mercado comum entre nossos países hoje.

Outro aspecto importante é

o tempo de instalação do Mercosul. Os governos querem que isso aconteça em 1995. Por exemplo, o Mercado Comum Europeu, se tomamos o Tratado de Roma como seu início, demorou trinta e cinco anos. Todos sabem que há inúmeros problemas, entre os quais a paridade monetária — que já estava quase concretizada há quase cinco anos e foi por água abaixo. A grande parte dos países europeus está passando por dificuldades as mais diversas, o que tem sido um fator complicador do mercado comum da Europa. Por aqui, países muito menos organizados querem

constituir um mercado comum num prazo tão pequeno.

Simultaneamente, à medida que se estão abrindo as fronteiras e eliminando as fronteiras internas de confronto entre os quatro países relativamente à tarifa zero em 1995, tanto o Brasil como a Argentina estão abrindo também as fronteiras para todos. À medida que se liquidam as fronteiras entre os quatro países estará efetivado o Mercosul. Entretanto, em alguns casos estão sendo abertas as fronteiras para todos, para

Somente por meio de uma América Latina efetivamente integrada é que nossos povos terão o lugar que lhes corresponde no concerto mundial

terceiros países, exatamente como não faz a Europa. Esta mantém as fronteiras para o conjunto. A Europa está sendo chamada até mesmo de fortaleza europeia. Por que, então, aqui não se faz o mesmo? Os países europeus levaram o neoliberalismo ao Brasil, à Argentina, etc., mas eles mesmos não praticam o neoliberalismo. Eles formam um mercado fechado.

Por exemplo, o Chile foi convidado a participar do Mercosul, e não aceitou porque, segundo os chilenos, o país já abriu o mercado para todos, e possivelmente não poderá conceder qualquer vantagem para os possíveis sócios.

Enfim, todo esse mercado comum está baseado em uma política neoliberal, que significa abertura das fronteiras, liquidação das empresas esta-

tais. Vemos, por exemplo, Boeings de aviações estatais serem vendidos a 1,5 US\$ cada um; aqui no Brasil foi vendida a maior empresa estatal do País, a Usiminas. O que entrou de dinheiro na transação dos Boeings da Argentina foi suficiente para comprar não mais do que um Fiat Uno Mille. Todo o restante entrou como Títulos da Dívida Pública.

Finalmente a liquidação da participação do Estado na economia como também a liquidação dos direitos sociais. O primeiro passo é acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, e instaurar o esquema de aposentadoria por idade (a partir de 65 anos). A expectativa de vida no Brasil é de 65 anos; portanto, quando o trabalhador se aposenta, ele está morrendo. No Nordeste, essa expectativa cai para 55 anos. Ou seja, matematicamente, nessa região ninguém chegaria à aposentadoria.

Esses são os problemas que estão diante de nós quando falamos de Mercosul. Assim está sendo encarado o mercado comum. Agora, se observa a entrada de Paraguai e Uruguai, sem nenhum privilégio que assegure a sobrevivência ou que mantenha a identidade nacional desses dois pequenos países. Por exemplo, no Paraguai o grande produto de exportação será a energia elétrica. Metade do potencial hidrelétrico daquele país — 6 milhões de quillowatts energia — corresponde a Itaipu. E segundo o Tratado de Itaipu, o Paraguai está proibido de exportar sua energia dentro do Mercosul. Só poderá fazê-lo para outros países.



Esta é apenas uma reflexão para que pensemos quantos problemas terão que ser solucionados para que efetivamente o Mercosul se torne um mercado comum dos povos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Estamos diante de duas alternativas absolutamente distintas. A primeira diz respeito ao ponto culminante de um processo de libertação e de desenvolvimento justo e equilibrado de nossos povos, tal como sonhado pelos Libertadores: a Pátria Grande dos latino-americanos e caribenhos. Um processo de integração solidário, que trate de corrigir em forma gradativa os desniveis econômicos entre os países-membros.

A segunda sugere a simples eliminação das fronteiras econômicas entre os países associados para tornar mais dinâmica e mais lucrativa a exploração deles mesmos pelas empresas transacionais que dominam nossas indústrias e setores da exportação. Uma integração que acelere o processo de dominação, de anexação dos países mais débeis pelos mais poderosos.

Entretanto, somente por meio de uma América Latina efetivamente integrada é que nossos povos terão o lugar que lhes corresponde no concerto mundial. Essa autêntica integração será protagonizada, num futuro que esperamos não seja tão remoto, por governos e classes sociais totalmente comprometidos com as causas nacionais e populares.

Paulo Schilling é economista, e integra o Projeto Especial sobre Dívida Externa (CEDI).

CRISE DAS IDEOLOGIAS: UTOPIAS SECULARIZADAS x REINO

Jung Mo Sung

O Mercosul, um assunto basicamente econômico, é um tema que tem relação somente com a ação pastoral das igrejas, ou é também um problema confessional, e, portanto, teológico? O que a economia e, em particular, o Mercosul tem a ver com a discussão sobre Ideologias, utopias e Reino de Deus?

1. CRISE DAS IDEOLOGIAS

O que entendemos por “crise das ideologias”? Antes de adentrarmos nessa questão, precisamos ter em mente que esse tema — ou, para outros, o “fim das ideologias” — adquiriu força com a crise do bloco socialista, principalmente depois de 1989. Podemos dizer que o tema da crise das ideologias compartilha com o Mercosul da mesma Nova Ordem Mundial que está surgindo após a queda do Muro de Berlim. São fenômenos do mesmo mundo.

Isso significa que o que está em crise é a ideologia identificada com o marxismo e socialismo. Tanto no sentido de que o marxismo seria uma “ideologia-illusão”, quanto na perspectiva de que com a derrocada do bloco socialista acabaram as contradições básicas da sociedade com a vitória definitiva do capitalismo e do liberalismo; ou pelo menos acabaram as ilusões de se poder construir uma sociedade alternativa ao

capitalismo. Sem essas ilusões não haveria mais sentido nem necessidade de ideologia como plataforma de luta revolucionária.

Francis Fukuyama é o grande divulgador da idéia do “fim da ideologia” como uma consequência natural do “fim da história” (F. Fukuyama. *O fim da história e o último homem*, Rio de Janeiro, Rocco, 1992). Para ele, com o capitalismo liberal acabaram as contradições fundamentais da sociedade. O seu livro é, no fundo, uma proclamação da “boa-nova” da chegada à Terra Prometida: a democracia liberal realiza historicamente o que o cristianismo propunha para o Reino dos Céus, após a morte: dignidade e liberdade universal (para todos, indistintamente). Segundo ele, “a conquista progressiva da natureza, possibilitada pelo desenvolvimento do método científico nos séculos XVI e XVII, processou-se de acordo com certas regras definidas, determinadas, não pelo homem, mas pela natureza e pelas leis da natureza. (...) a ciência natural estabelece um horizonte uniforme de possibilidade de produção econômica. A tecnologia torna possível o acúmulo ilimitado de riqueza e, portanto, da satisfação de um conjunto sempre crescente de desejos humanos. Esse processo garante uma homogeneização uniforme de todas as sociedades humanas, independentemente das suas origens históricas ou das suas heranças culturais. Todos os países em processo de modernização econômica ten-

dem necessariamente a se parecerem uns com os outros. Deverem se unificar nacionalmente com base em um Estado centralizado, urbanizar-se, substituir as formas tradicionais de organização social como tribo, seita e família, pelas formas economicamente racionais, baseadas na função e na eficiência, e assegurar educação universal dos cidadãos. Os mercados globais e a disseminação de uma cultura consumista universal promovem a aproximação e ligação cada vez maior dessas sociedades entre si. Além disso, a lógica da ciência natural parece ditar uma evolução universal na direção do capitalismo” (Idem, p.15).

Nessa longa citação temos alguns elementos fundamentais. Primeiro, o desenvolvimento da ciência obedeceu não às regras humanas e históricas, mas sim às regras ditadas pela natureza. E essas leis da natureza obedecem a uma lógica que evoluiu em direção ao capitalismo. Isto é, o capitalismo é o coroamento do processo evolutivo da natureza. Essa posição de Fukuyama é muito próxima da de muitos outros economistas, como, por exemplo, Paul A. Samuelson — Prêmio Nobel de Economia — que disse que o sistema de mercado capitalista “simplesmente evoluiu e, como a natureza, está sofrendo modificações” (Paul A. Samuelson. *Introdução à análise econômica*, Rio de Janeiro, Agir, p.45). Estes autores “naturalizam” a história, tirando da humanidade a condição de verdadeiro sujeito histórico.

Segundo, a tecnologia "torna possível o acúmulo ilimitado da riqueza" para a satisfação do sempre crescente desejo humano. É o sonho de superabundância realizada, ou prometida, pelo capitalismo. Cabe ressaltar aqui que o autor utiliza somente o conceito de desejo e não faz referência à necessidade humana. É claro que numa sociedade superabundante é de pressupor que todas as necessidades já tenham sido satisfeitas. Mas, devemos ficar atentos ao fato de que no sistema de mercado as necessidades humanas não contam, somente os desejos dos consumidores. As necessidades dos não-consumidores, os pobres, não fazem parte do mercado. Por isso, ele simplesmente "esquece" das necessidades humanas. Quanto ao sonho do "acúmulo ilimitado de riqueza", basta lembrarmos os limites da nossa natureza, o problema ecológico, para vermos a inconsistência dessa promessa tão tentadora.

Terceiro, essa evolução "natural" cria, segundo o autor, uma homogeneização uniforme de todas as sociedades humanas. É o sonho da unidade da humanidade como uma grande família. Sem dúvida as promessas são verdadeiramente "boas-novas": a humanidade como uma grande família vivendo a superabundância. Só que o princípio unificador que deve estar na base das transformações das formas tradicionais de organização, incluído aqui o Estado e a família, é o da eficiência, a base da racionalidade econômica capitalista. Até a família deve estar subordinada ao critério da eficiência. Os valores "tradicionais" como a gratuidade e solidariedade devem ser substituídos pela eficiência.

Quarto e último, a homogeneização e a aproximação dos países se dão pelo mercado global e pela cultura consumista universal. Podemos dizer que o espírito que deve mover as pessoas e os países para atingir a Terra Prometida deve ser a "cultura consumista" dentro do mercado global. O verdadeiro sujeito dessa aproximação dos países e a entrada na Terra Prometida é o mercado global.

Uma sociedade de abundância ilimitada, com a satisfação de todos os desejos, e a aproximação e homogeneização de todos os países, formando uma grande família universal, são promessas tentadoras. São verdadeiras "boas-novas" de uma Terra Prometida. A derrocada do bloco socialista é, para Fukuyama, a comprovação histórica das suas teses da vitória definitiva do capitalismo liberal, do fim da história. (É claro que ele não utiliza o conceito de "fim da história" como o fim de acontecimentos históricos, mas do coroamento do processo evolutivo da história. A pergunta fundamental sobre o sentido da história está respondida com a vitória final do capitalismo liberal). Com isso, acabam a guerra ideológica e a própria ideologia.

Esse tipo de pensamento sobre o fim das ideologias e, portanto, o fim das contradições fundamentais, tão difundido nos dias de hoje, penetrou também nos meios das igrejas cristãs. O Movimento dos Focolares — movimento leigo internacional, da Igreja Católica Romana, com origem e sede na Itália —, por exemplo, está assumindo a problemática da economia e religião/evangeli-



zação como um tema importante. Eles defendem uma proposta econômico-social-religiosa chamada "economia de comunhão". No número da revista *Nuova Humanità* dedicada inteiramente a esse tema, Roberto Zappalà diz que "no fracasso do comunismo — o último grande produto da era das ideologias — consuma-se a falência da própria cultura da ideologia como método de pensar a realidade e de atuar sobre ela" (Roberto Zappalà. "Comunismo-capitalismo-comunione. Riflessioni in chiave antropologica". In: *Nuova Humanità*, n.80/81, mar-jun/92, p.107).

Esse autor não está simplesmente defendendo o capitalismo. Na verdade ele contrapõe a ideologia à verdade "pura" do Evangelho, uma tentação muito comum nos meios eclesiás, sem perceber que são dois tipos de discursos diferentes. Ele acredita que o Evangelho tem a resposta para as questões sociais e não precisamos de outras "ideologias". Mas, ao defender que a renovação das estruturas econômicas e sociais não se dá no campo político, mas na renovação da vida pessoal, ele centra as alternativas no âmbito da "ética pessoal" e acaba legitimando inconscientemente, pelo menos assim parece, a estrutura capitalista de economia.

Em síntese, a defesa da tese da crise das ideologias ou o fim das ideologias está marcada por um pressuposto: não há alternativa melhor para o capitalismo; seja porque ele é a Terra Prometida ou porque é desenvolvimento "natural" da história humana". Sendo assim, acabaram-se as ilusões ou a necessidade de lutas políticas para

revolucionar as estruturas econômicas e políticas.

2. UTOPIA IDOLÁTRICA

Como ficam os pobres, os trabalhadores explorados e os incontáveis desempregados, se não há alternativa ao capitalismo? Como ficam a nossa esperança em sociedade justa e fraterna e os nossos trabalhos pastorais e políticos? Para respondermos a essas questões tão importantes, precisamos analisar e desmascarar a lógica sacrificial que sustenta o atual discurso da burguesia internacional e nacional e dos seus teóricos.

A derrocada do socialismo colocou a discussão econômica em novos patamares. Como diz o professor Eduardo Giannetti da Fonseca, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por discussões sobre a viabilidade do capitalismo. Na década de 1980 tivemos o debate sobre a viabilidade do socialismo. Agora, "uma nova questão está se tornando cada vez mais presente. Trata-se do problema da exeqüibilidade da transição econômica. (...) Como efetuar a 'travessia do deserto' rumo a uma economia de mercado aberta e estável? (...) Tudo indica que estas deverão ser as perguntas que irão concentrar as atenções do mundo no início dos anos 90" (Eduardo Giannetti da Fonseca. "Marx e Hegel envelheceram, Adam Smith e Hume ressuscitaram". In: *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19/9/91, p.5). Não se discutem mais o pleno emprego, a solução dos problemas sociais, a integração dos marginalizados (60 a 70% da população latino-americana) no sistema econômico e social. Hoje se discute basicamente a "travessia do deserto", da economia com inter-

venção estatal e proteção alfandegária para o mercado livre. Tudo mais está subordinado a essa questão. A preocupação com os problemas sociais não faz parte da agenda da discussão econômica. Acredita-se, tem-se fé, que, com a chegada na economia de livre mercado, esses problemas serão resolvidos "naturalmente".

"Boa-nova", "Terra Prometida" e "travessia de deserto" são termos que encontramos não na boca de um teólogo ou de um pastor, mas de economistas e filósofos pró-capitalistas. Mais do que simplesmente termos analógicos, estas palavras revelam uma lógica religiosa que está por trás da grande ideologia que está predominando no nosso tempo: o neoliberalismo. Neoliberalismo não é somente uma teoria econômica, é muito mais do que isso. Como diz o professor Octávio Ianni, "o ideário do

A sociedade global, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992, p.59).

O neoliberalismo, que norteia também a formação do Mercosul, é expressão da sociedade global que está se gestando ou consolidando. Nasceu contra socialismo, intervenção estatal na economia, planejamento, protecionismo, em defesa da economia de mercado, da liberdade econômica concebida como fundamento da liberdade política. É diferente do liberalismo clássico, nascido na sociedade nacional e mercado nacional, que tinha conteúdos progressistas e a marca do otimismo. Pois era uma arma revolucionária contra a nobreza. No combate ao marxismo — que compartilha com o liberalismo clássico o otimismo da modernidade —, o neoliberalismo contrapõe um pessimismo antropológico e epistemológico.



Eraldo Platz / Época

neoliberalismo adquire predomínio mundial, como ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder público, concepção do público e privado, ordenação da sociedade e da visão de mundo" (Octávio Ianni.

Não é possível desenvolver aqui uma análise mais longa a esse respeito, mas podemos resumir este pessimismo com algumas idéias-chave. Para os neoliberais, um dos grandes males da humanidade é a "pretensão ao conhecimento" (ver,

por exemplo, F. Hayek, "A pretensão do conhecimento", in: *Humanidades*, vol.II, n.5, out-dez/83, Brasília, UnB, pp 47-54). A falta de humildade em admitir que não se pode conhecer e planejar ações conscientes em relação ao mercado gera, segundo eles, o totalitarismo e a ineficiência econômica. Isso significa que não podemos pretender resolver os problemas sociais (como, por exemplo, desemprego, falta de habitação, salários baixos, etc.) com planejamentos e ações conscientes. Sob o risco de provocarmos um caos social que pioraria a situação, como diz Karl Popper, "a tentativa de trazer o céu para a terra inviavelmente produz o inferno. (...) A dor, o sofrimento, a injustiça e sua prevenção, eis os eternos problemas da moral pública, a 'agenda' da política pública. Os valores 'mais elevados' deveriam ser considerados em ampla medida como 'fora da agenda' e deixados ao domínio do *laissez-faire*" (Karl Popper. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte-São Paulo, Itatiaia-Ed. Universidade de São Paulo). Segundo esses pensadores, o centro das nossas preocupações pastorais, o "amor ao próximo", a solidariedade com os pobres, deve ser colocado fora da nossa "agenda" e deixado por conta do mercado.

Mas, sabemos que o espírito que move as pessoas e empresas no mercado é a busca do interesse pessoal. Podemos dizer que é o "espírito de egoísmo". É a lei do mercado. Isso significa, então, que devemos abandonar a prática do "amor ao próximo" e substituí-la pela busca do interesse pessoal, egoístico. Com a promessa de que o mercado, com os seus

mecanismos inconscientes, gerará o bem-estar social de todos. O caminho para o "bem comum" — sinônimo do amor ao próximo em âmbito social — é o egoísmo no mercado. O mercado, como um ser supra-humano, converteria a somatória dos egoísmos no bem comum. É o que o teólogo e economista Adam Smith chamou de "mão invisível" do Mercado, o equivalente do Deus Providente na teoria econômica.

Sendo assim, a atitude ética básica, pelo menos no campo social, deveria ser "cinismo" ou "indiferença" diante do sofrimento de milhões de seres humanos.

Como, segundo esses economistas, o sistema de mercado é a melhor forma de coordenar a divisão social do trabalho, também porque é fruto da "evolução natural", não há outra atitude ética possível a não ser indiferença ou resignação diante do que o próprio Samuelson chama de algo "terrível, do ponto de vista ético". Não se pode ir contra o que os diversos economistas chamam de milagres de coordenação econômica que o mercado produz diariamente. No fundo, eles descartam a ética da discussão econômica e, com isso, absolutizam/sacralizam os mecanismos do mercado capitalista.

Fome, desemprego, morte precoce das crianças pobres, queda na qualidade de vida, problemas ecológicos, aumento da pobreza e da concentração de renda, são "sacrifícios necessários ao progresso" (Mário Henrique Simonsen. *Brasil 2002*, Rio de Janeiro, APEC, 1976).

Humildade para reconhe-



cermos a nossa incapacidade de conhecer os mecanismos da sociedade. Humildade para não cairmos na soberba de querermos construir um mundo melhor com as nossas cabeças e mãos. Humildade para aceitarmos os sacrifícios humanos impostos pelos mecanismos do mercado capitalista na sua evolução "natural" até a economia de plena liberdade. Humildade para reconhecermos que somos pecadores, incapazes de fazer o bem e amar o próximo, principalmente os mais necessitados. Fé no mercado, confiança nos seus mecanismos que gerarão o bem comum a partir das nossas práticas de egoísmo, da defesa dos nossos interesses econômicos acima de tudo e de todos. Humildade para reconhecermos que o "mundo é assim mesmo", e força e coragem para lutar contra os "utópicos", os que controlam os mecanismos do mercado impondo-lhe metas sociais. Todos alerta contra aqueles que, em nome de um mundo melhor, tentarão nos seduzir com apelos de solidariedade em favor dos pobres. Só o Mercado é grande. Só ele é capaz de milagres econômicos. Nada como o Capital que dirige as nossas vidas em direção ao acúmulo ilimitado de bens materiais e espirituais. Fora do Mercado e da lógica do Capital não há salvação. Esta é, em síntese, a espiritualidade idolátrica do sistema de mercado capitalista. É a "utopia de um mundo sem utopia" (Franz Hinkelammert. "Capitalismo sin alternativas? Sobre la sociedad que sostiene que no hay alternativa para ella". In: *Pasos*, n.37, set/out/91, San José, p.11-23).

3. UTOPIAS SECULARIZADAS E O REINO DE DEUS

Utopia neoliberal é, no fundo, a secularização de uma determinada forma de conceber a utopia do Reino de Deus. Para entendermos melhor isso, precisamos ter em mente que há uma diferença qualitativa importante entre as sociedades tradicionais (pré-modernas, pré-capitalistas) e as sociedades modernas (de economias dinâmicas, como capitalismo e socialismo) em relação à concepção de história, de utopia e transcendência. “Na sociedade tradicional existia um desdobramento entre um aquém imanente e um mais além transcendente, vinculados unicamente pela ética da boa vontade ou de méritos moralistas. No mundo capitalista, pelo contrário, é superada essa dicotomia e substituída por um novo desdobramento entre um aqui presente e um mais além futuro relacionado com o progresso, entendido como o produto do trabalho humano. A transcendência se converte em uma imanência futura” (Franz Hinkelammert. *El subdesarrollo latinoamericano: um caso de desarrollo capitalista*. Santiago, Ed. Nueva Universidad, 1970, p.30). Assim, não há mais necessidade metodológica de Deus para a realização dos sonhos transcedentais. O Deus transcedente da Idade Média que realizaria no céu, após a morte, a transformação radical das situações de sofrimentos humanos é substituída por um ente supra-humano, o mercado, que realizaria no futuro histórico o sonho de um “mundo novo e totalmente livre”.

Esta utopia do mercado de concorrência perfeita não é a única forma de utopias secula-

rizadas que temos. A modernidade produziu, além do liberalismo, o marxismo que também compartilhou do mesmo “mito do progresso”. Marx compartilhou a utopia do Reino da Liberdade com pensadores pró-capitalismo. O que ele criticou foi o caminho proposto pelo capitalismo. Para ele o mercado fetichizado não realizaria esse Reino da Liberdade, mas não questionou a possibilidade desse Reino. Pelo menos, é essa a interpretação mais comum do seu pensamento.

Esta utopia marxista influenciou de forma significativa as comunidades cristãs populares que assumiram a luta pela superação do capitalismo. Refrões e versos de cantos como “Virá o dia em que todos, ao levantar a vista, veremos nesta terra reinar a liberdade” são sinais dessa influência. É conhecida a afirmação de Frei Betto de que “marxistas e cristãos têm mais arquétipos em comum do que supõe nossa vã filosofia. Um deles é a utopia da felicidade humana no futuro histórico (...) Marx chama essa plenitude de reino da liberdade, e os cristãos, de reino de Deus” (*Cristianismo e marxismo*, 2a. ed., Petrópolis, Vozes, 1986, p.42-43).

Sabemos, entretanto, que as crises dos países comunistas do Leste Europeu e de Cuba têm debilitado essa utopia e posto em crise o próprio marxismo, fortalecendo a teoria de “fim das ideologias” — como já vimos acima. Mas, as utopias — e as ideologias políticas necessárias para a defesa dessas utopias — sobrevivem enquanto perdurarem as situações de sofrimento e exploração, pois elas são expressões de protesto àquilo que é e, ao mesmo tempo, representação daquilo que

deve ser. Isso significa que a simples decretação da morte do marxismo não extingue a realidade objetiva da dominação de “O Capital” sobre a grande maioria da humanidade e, portanto, não extingue as utopias alternativas ao capitalismo nem as ideologias correspondentes (tanto no sentido negativo quanto no neutro).

Michael Löwy propõe a recuperação da dimensão utópica do marxismo para superar a atual crise. “Confrontados com o histórico fracasso das sociedades burocráticas que pretendiam já ter realizado o ‘socialismo’ ou mesmo o comunismo, necessitamos imperativamente de modelos alternativos de uma verdadeira associação livre dos produtores (Marx). Necessitamos de uma utopia marxista (...) que proponha da maneira mais correta possível a imagem de uma nova civilização, inspirada por uma racionalidade substancial e por valores qualitativos; uma sociedade igualitária sem explorados nem exploradores, sem opressão de sexo ou de etnias, sem alienação ou reificação” (Michael Löwy. “Crise do marxismo ou marxismo crítico?”. In: VVAA. *O PT e o Marxismo*, São Paulo, Teoria & Debate, 1991, p.116-117).

A descrição da utopia marxista, “uma sociedade igualitária, sem exploradores...”, em nada difere das utopias das CEBs e dos cristãos que assumiram a causa dos pobres e oprimidos. Nesse sentido, Löwy vem reafirmar a tese de Frei Betto de que há um arquétipo em comum entre marxistas e cristãos.

Entretanto, devemos ter claro que tanto a afirmação, ou a utopia, de Frei Betto quanto a de Löwy são compreensíveis

dentro da visão moderna de história: a transcendência convertida num futuro imanente. São sonhos, desejos e objetivos políticos acalentados por muitos que estão nas lutas pastorais e políticas.

O grande problema dessa utopia, como de todas as utopias, é a idéia ou a ilusão de que podemos realizá-la historicamente. O fundamento do mito do progresso da modernidade. Se acreditamos que esses sonhos se tornarão realidade, eles passam a ser objetivos políticos, que servirão de critério para a avaliação das estratégias e táticas de nossas lutas. Estará presente, por exemplo, nos juízos sobre a conveniência ou não da criação do Mercosul, ou das formas concretas que ele assume, e da posição que as igrejas devem assumir diante dessa questão. Se acreditamos que é possível a criação de uma sociedade histórica na qual não haja nenhuma forma de alienação e exploração, não podemos aceitar, pelo menos em termos estratégicos, projetos que presupõem a existência de empresários capitalistas, do mercado, do sistema financeiro e comercial internacional e de outras instituições afins.

Essa ilusão da realização histórica das utopias transcen-
denciais gera duas posturas políticas. Primeira, os que estão no poder defendem a idéia de que a instituição fundamental da sociedade (mercado no capitalismo, planejamento centralizado nos países de "socialismo real") é o único caminho possível para a realização da utopia. Com isso, essas instituições são sacralizadas e se podem exigir sacrifícios de vidas humanas em seu nome. Segunda postura é dos que estão na oposição ao sistema vigen-

te. Esses criticam sistematicamente qualquer tipo de proposta concreta, vindo dos dominantes ou de outros setores da oposição, porque não satisfazem aos critérios estabelecidos a partir da utopia transcendental. Ao mesmo tempo, também são incapazes de formular propostas concretas e viáveis. Podemos resumir dizendo que por querer o impossível, não se aceita nem o melhor possível.

Alguns poderiam objetar de que esses sonhos podem se tornar realidades históricas e que não podemos emitir juízos categóricos sobre o futuro. A utopia do mercado, ou a utopia de mercado de concorrência perfeita, pressupõe duas coisas. Primeira, é a possibilidade de todos os participantes do mercado conhecerem todas as variáveis do mercado. Se isso fosse possível (o que não é), não haveria mais concorrência, portanto, "mercado de concorrência perfeita" possui uma contradição interna que a inviabiliza histórica e logicamente. O segundo aspecto é que a teoria econômica baseada no conceito de mercado de concorrência perfeita trabalha somente com a noção de desejos de consumo, não podendo admitir a existência de uma necessidade básica mínima a ser satisfeita. Está fundada numa antropologia falsa.

A versão socialista dessa ilusão foi a crença na possibilidade de um planejamento perfeito que possibilitasse a supressão da moeda e da troca mercantil. A sociedade sem classes, pensada por Marx, significa uma sociedade espontânea, em que todos os agentes econômicos agem livre e racio-



nalmente, sem necessidade de relações mercantis ou de coação externa.

A etapa de transição para esse Reino de Liberdade foi concebida como o socialismo, em que o planejamento centralizado, sob o controle do Estado — ditatorial ou democrático — levaria à dissolução da propriedade privada, das relações mercantis, da própria necessidade do planejamento (pelos relações espontâneas) e, por isso, do próprio Estado.

As experiências históricas dos países socialistas mostraram que não é possível numa sociedade moderna, de economia dinâmica, operacionalizar a economia sem relações mercantis. A tentativa dos partidos comunistas para solucionar este "desvio" da realidade em relação à ortodoxia foi a de submeter essas relações mercantis ao controle absoluto do planejamento centralizado.

O conceito de "planejamento perfeito" é — como o conceito de "mercado de concorrência perfeita" do neoliberalismo — um conceito transcendental, isto é, impossível de ser realizado historicamente. Numa economia dinâmica, o planejamento perfeito implica a possibilidade de adequar instantaneamente todos os fatores do plano na alteração de um simples dado. Implica o tempo transcendental — tempo em que é possível congelar todos os outros fatores, enquanto intervimos em apenas um setor — é uma construção teórica, ideal, mas não real.

Sem levar em conta este problema teórico, muitos propuseram a aproximação ao planejamento perfeito mediante o desenvolvimento técnico. O pro-

No sistema de mercado as necessidades humanas não contam, somente os desejos dos consumidores. As necessidades dos não-consumidores, os pobres, não fazem parte do mercado

blema é que ao desenvolvimento técnico que possibilita melhorias no planejamento é o mesmo desenvolvimento que sofistica ainda mais o processo produtivo, fazendo desse objetivo uma corrida sem fim.

O reconhecimento da impossibilidade de construirmos historicamente uma sociedade "igualitária, sem exploradores e explorados, sem nenhuma forma de alienação e dominação", não significa que essa utopia não seja importante, ou que não devamos continuar as nossas lutas em favor dos pobres e dos oprimidos. Significa somente que devemos reconhecer os nossos limites na realização de nossos sonhos, e reconhecer, de outro lado, que somos capazes de sonhar "para além" das nossas capacidades humanas.

Teologicamente falando, isso significa abandonar a pretensão de construirmos o Reino de Deus na história. O que podemos construir são novas formas de relações sociais, novas sociedades, que sejam sinais antecipatórios do Reino de Deus no meio da humanidade. Esta é uma das diferenças fundamentais entre o judaísmo e o cristianismo. Os judeus não aceitam Jesus como Messias porque a vinda dele não significou a implantação do Reino de Deus na Terra. Como nos

mostra a passagem dos discípulos de Emaús, os judeus acreditavam que o Messias implantaria o Reino, mas Jesus morreu sem implantar o Reino de Deus. Portanto, ele não é Messias. Por outro lado, o reconhecimento de que Jesus é o Cristo, pela experiência da ressurreição, é o reconhecimento de que a história não comporta a plenitude do Reino de Deus. Que nenhuma forma de sociedade, nenhuma forma de organização social, nenhuma forma de organização eclesial, podem ser identificadas com o Reino de Deus.

Mais ainda, a vitória ou a derrota política não pode servir de critério de veracidade ou de justiça. O critério da eficiência econômica ou política como critério supremo para julgar a veracidade e a justiça de um sistema — critério por excelência da modernidade e dos economistas neoliberais — é um critério falso e opressivo. A ressurreição de Jesus é a prova da veracidade e da justiça da causa de Jesus em favor dos pobres e oprimidos. A luta em favor dos pobres deve continuar — por isso os discípulos de Emaús reassumiram a luta e voltaram a Jerusalém — mesmo que só conhecemos derrotas e fracassos. E nessa luta, devemos tomar cuidado para não cairmos na ilusão de sermos o grupo messiânico que realizará em plenitude o Reino da Liberdade ou o Reino de Deus e cometemos o erro grave de não conquistarmos ou menosprezarmos avanços históricos que garantam mais vida para os pobres.

Anunciar o Reino de Deus numa perspectiva explicitamente religiosa, isto é, reconhecendo a sua transcendência e professando a fé em Deus que

realizará em plenitude, na escatologia, todos estes sonhos é assumir os limites humanos e criticar as pretensões idolátricas do sistema de mercado capitalista. A partir dessa crítica à idolatria do mercado, à sua pretensão de se absolutizar, devemos reconstruir a nossa esperança. O sistema de mercado não é eterno, nem fruto da evolução natural, mas é um produto histórico e pode ser superado. Nada é maior que o Deus da Vida e esse Deus quis encontrar conosco na pessoa do pobre (cf. Mt 25,32ss) para que nenhuma crise de ideologias, nenhuma crise social ou eclesiástica nos fizessem abandonar a causa da vida dos pobres.

Mercosul, crise econômica e social, e outros assuntos afins não são simplesmente questões para uma pastoral social. São mais do que isso. São questões em que reafirmamos a nossa fé no Deus da Vida, em que podemos à prova a nossa fé e a nossa capacidade em discernir entre o ídolo, o deus da morte dos pobres, e Deus de Jesus Cristo. O mundo e, em particular, os pobres esperam de nós uma palavra que seja verdadeiramente uma "boa-nova" para eles. O momento histórico, da globalização, da revolução tecnológica, da recessão por causa dos ajustes econômicos impostos pelo FMI, exige de nós palavras corajosas capazes de desmascarar os sacrifícios de vidas humanas impostas em nome do sistema de mercado e de anunciar tempos melhores para o nosso povo.

Jung Mo Sung é teólogo católico. É autor do livro "Deus numa economia sem coração" (Edições Paulinas).

MERCOSUL — SONHO OU PESADELO?

Paulo Roberto Garcia

“...Caiu! Caiu Babilônia, a Grande! Tornou-se moradia de demônios, abrigo de todo tipo de espírito impuro, abrigo de todo tipo de aves impuras e repelentes, porque ela embriagou as nações com o vinho do furor da sua prostituição; com ela se prostituíram os reis da terra, e os mercadores da terra se enriqueceram graças ao seu luxo desenfreado”. Ouve então uma outra voz do céu que dizia: Sai dela, ó meu povo, para que não sejais cúmplices dos seus pecados e atingidos por suas pragas...

(Apocalipse 18.1-4 — Bíblia de Jerusalém)

A integração latino-americana é um sonho que permeia os projetos políticos de muitos grupos que marcaram a nossa história. Assim, ouvimos dos mais distintos lugares os nomes “Pátria Grande”, “América latinegríndia”, etc.

Desse modo, quando ouvimos as expressões integração, unificação, comum, sentimos o coração ardente e os sonhos passam a dançar em nossas mentes.

Contudo, corremos, muitas vezes, o risco de ver nossos sonhos transformarem-se em pesadelos.

Buscando discernir entre sonhos e pesadelos, vamos buscar olhar no espelho da Bíblia e encontrar nela imagens que refletem nossos sonhos para que possamos refletir sobre a realidade que se antepõe a nós: o Mercosul.

BABILÔNIA — VINHO, RIQUEZA E SANGUE

O texto do Apocalipse se apresenta como liturgia de um povo que sofre. Sofre ante uma situação que se desenha como profundamente violenta.

Roma é a cidade central do império. Com isso, ela é descrita como “ralo do mundo”, ou seja, para onde escoa a riqueza do mundo (Cf. 18.11ss).

Os reis e príncipes se “prostituem” com ela. Ou seja, enriquecem participando de seu esquema perverso de exploração.

A vida da cidade depende do comércio. Depende da circulação da mercadoria que acaba tendo como ponto final a riqueza da elite romana.

Para isso, ela realiza um esquema fundamentado no culto-comércio. Duas grandes que se complementam em uma prática que sustentava o império. No mercado, templo e economia se combinavam na manutenção do poderio romano.

CONDIÇÕES DE PERTENÇA

Os povos conquistados, para poderem sobreviver, acabam tendo que entrar nesse esquema. Estar integrado significava participar do esquema culto-comércio.

Estar fora desse processo significava estar fora da vida. Assim, os que não concordavam



acabavam marginalizados, o que significaria a morte — violenta (pela espada) ou lenta (pela inviabilização das possibilidades de sobrevivência).

Por isso, o cálice da prostituição, no qual os reis e príncipes da terra se embriagavam, está repleto do sangue dos santos e das testemunhas de Jesus (Cf. 17.1-7).

FÉ APOCALÍPTICA — SAI DELA, Ó MEU POVO...

Nesse contexto, a comunidade cristã de João — o vidente — é chamada a tomar uma posição radical. Ao avaliar o que significa a integração ao sistema romano, a comunidade tem de discernir qual o caminho que conduz à vida.

Para isso, o livro de Apocalipse vai apresentar uma leitura teológica da realidade. Com isso, ele vai apontando qual deve ser o caminho a ser seguido pela comunidade.

Assim, vemos a conjuntura de dominação, guerra, fome e, como consequência disso, a morte e a revolta dos santos (6.1-11).

Depois percebemos que a responsabilidade disso está, operacionalmente, sobre o exército, que como escorpiões se colocam a ferir e a atormentar todos os seres da terra (9.1-11, especialmente os versículos 7 e 9).

A realidade de dor e de morte, contudo, se inscreve em uma instância final, mais ampla, que é a luta cósmica entre Deus e o Dragão. Nessa luta, descrita no capítulo 12, o Dragão derrotado, como vingança resolve perseguir “os que observam os mandamentos de Deus e mantêm o Testemunho de Jesus” (12.17).

Para realizar a vingança, o Dragão transmite seu poder à Besta, que é a forma figurada de apresentar o imperador, e, consequentemente, o império (13.1ss).

Nessa leitura teológica da vida, o império romano, com seu esquema perverso, é apresentado como a encarnação do mal. Como a possibilidade de viver nessa sociedade está em participar do comércio, o mal encarnado obriga a todos a receberem a marca da besta para poder comprar ou vender (13.16-17). Não há saída. Ou se adora a besta e viabiliza a vida, ou se adora a Cristo, e perece.

O livro de Apocalipse apresenta um desafio radical: romper com o sistema, viver à margem em nome da fidelidade ao testemunho cristão. Há de sair da cidade (seu esquema), para não ter de participar de seus pecados. Há de abraçar a



morte, como possibilidade de vida.

ENTRE SONHOS E PESADELOS — OLHAR OS SINAIS DE VIDA

Diante dessa realidade, o livro de Apocalipse faz uma leitura da realidade, inscrevendo o conflito da comunidade com o império romano no conflito cósmico do dragão contra Deus.

Com isso, a comunidade é desafiada a posicionar-se ante a realidade a partir de uma postura em favor da vida, e a reconhecer que um sistema que enriquece a partir do sangue das pessoas é um sistema que tem a perversidade do dragão, é o mal encarnado.

Compactuar com o sistema e compactuar com o mal é assumir o mal em sua essência, que é organizar a vida a partir de princípios excluindo, em que alguns se embriagam com o sangue dos outros.

Diante dessa opção, o povo é desafiado a sair dela, a posicionar-se contra o sistema, a buscar o “deserto”, porque a cidade está com seus pecados “amontoados até o céu”.

MERCOSUL — ENTRAR OU SAIR?

É um sonho ou um pesadelo? Que postura tomar diante de um projeto que, em se inscrevendo em nossos sonhos, desperta temores?

O texto de Apocalipse nos oferece algumas imagens que poderão nos conduzir pelo caminho do discernimento. Discernir se o sistema que está gerando esse projeto é o que valoriza a vida ou é caracterizado pela exclusão, é o desafio que se coloca para nós.

O sangue de pequenos que ficarem à margem do processo, embriagando de riqueza e poder outros grupos, serão pesos decisivos na balança do discernimento. Compactuar com sistemas que promovam isso é adorar a besta, na sua lógica de exclusão e de sacrifício.

Olhar o Mercosul com essas imagens pode apontar para caminhos que nos levem a proclamar a condenação apocalíptica: “Sai dela, ó povo meu...”.

Paulo Roberto Garcia é pastor e professor de Novo Testamento na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, e colabora com o Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

IGREJAS SÃO DESAFIADAS PELO MERCOSUL

Jorge Atílio Silva Iuliannelli
Paulo Roberto Salles Garcia

No dia 27 de novembro de 1991 começou a contagem regressiva para a formação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), a extinção progressiva das taxas alfandegárias no comércio entre os países signatários do Tratado de Assunção (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). Segundo o Tratado, a efetivação plena do Mercado se dará em 31 de dezembro de 1995, após todos os acertos para se chegar à tarifa zero.

Uma vez mais estamos diante de uma tentativa de integração. Outras já surgiram: Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), Mercado Comum Centro-Americano, Acordo de Cartagena. Mas a tão desejada aspiração dos líderes latino-americanos, a Pátria Grande latino-americana e caribenha, baseada em um processo de libertação e de desenvolvimento justo e equilibrado dos povos, ainda não se concretizou de fato.

Sob o ponto de vista do movimento social e da sociedade civil, o Mercosul tem todas as chances de, novamente, trazer sérios danos à grande parcela da população dos países envolvidos. Pensar no Mercado Comum do Cone Sul, portanto, sugere necessariamente uma série de questões que deveriam ser respondidas, que dizem respeito não apenas aos aspectos técnicos como, por exemplo, seu impacto sobre setores específicos das economias dos países (agricultura, indústria,

energia, entre outros), mas, principalmente, às consequências políticas e sociais.

A quem interessa o Mercosul? Quem serão os principais beneficiados? Que significado tem o Mercosul na atual conjuntura latino-americana e mundial? Qual sua relação com o reordenamento das relações internacionais? E a sociedade civil, que papel deve cumprir? Quais as condições necessárias para o desenvolvimento de um projeto de integração regional que resulte em benefícios reais para nossos povos, e que princípios éticos e políticos devem orientar o projeto? O Mercosul não deveria preocupar-se com a integração cultural desses quatro países? E as condições sociais de suas populações?

Estas perguntas — e muitas outras — têm-se apresentado a todos aqueles que estão preocupados com o destino que os governantes querem dar às nações, o qual não passa, quase sempre, por um processo de participação popular. Urge reunir forças no sentido de contribuir para a socialização das informações, elaborar uma crítica profética diante da conjuntura de desvalorização do ser humano em detrimento do mercado, e anunciar sinais de esperança.

UM ESPAÇO DE REFLEXÃO

No período de 25 a 28 de novembro do ano passado, em



Porto Alegre, essas preocupações foram contempladas por um grupo de pastores, líderes ecumênicos, especialistas de diversas áreas e representantes de diversos movimentos sociais do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Foi a Consulta às Igrejas sobre o Mercosul, convocada pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) e apoiada pelo Conselho Mun-

O Mercosul tem todas as chances de trazer sérios danos à grande parcela da população dos países envolvidos

dial de Igrejas (CMI), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e federações das igrejas da Argentina e do Uruguai.

Sob o tema "Mercosul em debate: perspectivas e consequências para a ação pastoral", os participantes pronunciaram-se a favor de uma integração que transcendesse os interesses estritamente comerciais dos governos e das empresas, que se baseasse em planos de desenvolvimento que beneficiem todos os países envolvidos no acordo do Mercosul, e que incorpore outras dimensões humanas como educação, cultura, saúde, relações de trabalho, meio ambiente, etc.

A preocupação com o ser humano foi uma das ênfases norteadoras do encontro. "Como se situam os camponeiros, trabalhadores rurais sem terra, trabalhadores urbanos, marginalizados, crianças no Mercosul?", indagaram os participantes, acrescentando que "diante das situações já difíceis, essas pessoas querem encontrar respostas que possam fortificar esperanças, criar mais coragem, animar a vida. Os acordos podem esquecer as pessoas, mas elas existem e vivem, adoecem, ficam desempregadas, têm alegrias, procriam, e criam riqueza para os países".

algumas reflexões. Bonino ressaltou a ausência de auto-estima que a situação de empobreecimento e consumismo, fruto do neoliberalismo, tem provocado. José Bittencourt Filho sugeriu cinco critérios orientadores para serem refletidos na prática dos cristãos: a exclusão; a dignidade humana; a proclamação, as minorias; e a opção pelos pobres. De acordo com ele, na atual conjuntura os grandes "contingentes humanos estão sendo reduzidos à condição de objetos descartáveis. Esses segmentos devem ser o alvo principal de nossa fraternidade".

O teólogo acrescentou que a opção pelos pobres, portanto,

não leva em conta as consequências dramáticas que sofrem os pobres e os excluídos pelo sistema.

A Consulta formulou também um apelo às igrejas para que acompanhem solidariamente aos atingidos pela aplicação das duras políticas econômicas.

Afirmou ainda que enquanto o atual sistema pretende eliminar a solidariedade e afirmar a absoluta ausência de alternativas, as igrejas têm a responsabilidade de reafirmar a dignidade dos seres humanos. O Mercosul não é um instrumento adequado para alcançar a integração que anseiam os povos desta região, destacaram os participantes.



Magasins du Monde

SOLIDARIEDADE RADICAL

Após ouvirem diversas palestras de diversos especialistas (René Dreyfus, Paulo Schilling, entre outros) com importantes dados geopolíticos, estratégias das grandes superpotências e estatísticas econômicas e sociais, os participantes refletiram sobre os desafios pastorais que se apresentam.

Com vistas a subsidiar as comunidades de fé em sua ação pastoral/profética, os teólogos Nestor Miguez Bonino e José Bittencourt Filho apresentaram

"significa solidarizar-se radicalmente com aqueles que não dispõem de nenhuma perspectiva de segurança material. Nesse quadro, o ecumenismo se transforma em sinal do Reino e num ato gratuito de fé. É apostar na ação do Espírito na história humana".

Depois de diversos debates, a Consulta aprovou um documento final. De acordo com a nota, o neoliberalismo tende a sacralizar o mercado e o lucro como valores supremos das relações econômicas e sociais, e

Diante das situações já difíceis, as pessoas querem encontrar respostas que possam fortificar esperanças, criar mais coragem, animar a vida

"Este anseio de integração, lamentavelmente frustrado ao longo da história, não pode concretizar-se através de uma iniciativa que por sua lógica (a do Mercado) e sua intencionalidade (a maximização do lucro) necessariamente produz privilegiados e excluídos", acrescentaram.

Jorge Atilio Silva Iuliannelli é filósofo. Paulo Roberto Salles Garcia é jornalista. Ambos integram a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral (CEDI).

MERCOSUL EM DEBATE

CONSEQÜÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA A AÇÃO PASTORAL

INTRODUÇÃO

A constituição de um Mercado Comum do Sul (Mercosul), formalizada pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai mediante o Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, é um projeto de grande alcance cujas consequências econômicas e sociais afetarão, sem dúvida, de maneira significativa, o conjunto dos povos dos países envolvidos. Por isso, as igrejas cristãs que acentam uma profunda vocação ecumênica, cuja meta é não apenas a unidade dos cristãos mas a genuína integração dos povos dos quais fazem parte, não podem nem querem permanecer indiferentes diante da dita iniciativa.

Com o objetivo de estudar a natureza do Mercosul e suas consequências para as sociedades dos países integrantes, e de refletir acerca dos desafios que estas representam para a missão pastoral e profética das comunidades cristãs, o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) realizou uma consulta a suas igrejas-membros presentes na região. Auspiciada pelo Conselho Mundial de Igrejas, pelo Conselho Nacional de Igrejas do Brasil e pelas Federações de Igrejas da Argentina e do Uruguai, a consulta se deu na cidade de Porto Alegre, de 25 a 28 de novembro de 1992. Participaram cerca de quarenta representantes das igrejas-membros do CLAI e de organismos ecumênicos aderentes, que contaram com o assessoramento de centros de

investigação da região vinculados fraternalmente ao movimento ecumônico.

Este documento é uma síntese dos debates realizados durante a dita consulta. Nós o compartilhamos com nossas comunidades, com as demais igrejas cristãs e com o conjunto da sociedade, conscientes de que não falamos a partir de um espaço sagrado, mas imersos no processo histórico e participando de todas as suas contradições. Reconhecendo a responsabilidade que nos cabe e as limitações que nos são próprias, esperamos, contudo, dar uma contribuição a um debate que consideramos fundamental para que nossas sociedades avancem rumo à verdadeira integração.

O NOVO CONTEXTO MUNDIAL

O contexto mundial caracteriza-se hoje por uma série de profundas mudanças e inovações nos campos científico e tecnológico. Seu principal resultado é que o papel central que o produto tinha na fase da segunda revolução industrial, hoje é desempenhado pelo controle e propriedade do conhecimento nele "embutido". O resultado desta mudança produz transformações de grande alcance não apenas nas relações produtivas, tanto na indústria como na agricultura, mas também nas relações econômicas, sociais e políticas entre os países.

Os países centrais são o palco de um acelerado processo de

inovação científico-tecnológica e de reestruturação produtiva, que dá lugar ao surgimento de corporações estratégicas e megaconglomerados, criando simultaneamente macromercados, cujas projeções ultrapassam as fronteiras nacionais. Os países periféricos a este processo presenciam o surgimento de uma "nova ordem internacional" impulsionada pelas profundas transformações que ocorrem principalmente no campo do conhecimento e articulada mediante novos padrões de produção, de organização empresarial, de desenvolvimento econômico, político e estratégico.

Esta nova configuração, com centro no eixo Norte/Norte é fundamentalmente dinâmica e se consolidou com o colapso dos regimes do bloco socialista e com a dissolução da União Soviética.

A recomposição do sistema capitalista mundial deu lugar à formação de três grandes blocos econômico-políticos, com pólos motores localizados em determinados países, caracterizados por uma forte dominação regional e de influência planetária: (a) a Comunidade Econômica Européia, com a Alemanha Unificada como polo impulsor; (b) o bloco asiático, com o Japão como economia hegemônica; e (c) o bloco constituído pelo Canadá, México e Estados Unidos (NAFTA), tendo este último país como pivô político.

Esta "idade de ouro" do sistema capitalista é concomitan-

te com uma maior concentração de riqueza e, consequentemente, com o aumento da pobreza de setores majoritários da sociedade, tanto nos países do Norte como nos do Sul.

Esta configuração do sistema capitalista encontra sua legitimidade ideológica privilegiada no discurso neoliberal. Este, ainda que se pretenda científico, neutro e secularizado, opera com uma lógica e com categorias religiosas que tendem a sacralizar o mercado como mecanismo perfeito e o lucro como valor supremo das relações econômicas e sociais.

Como todo ídolo, o mercado global exige sacrifícios humanos; os excluídos pelo sistema são as vítimas necessárias. Como toda religião, o neoliberalismo tem uma ética: esta consiste na busca egoísta do interesse próprio que — segundo o credo neoliberal —, graças à mão invisível do mercado, traz como resultado o bem comum.

O MERCOSUL

Neste contexto, o Mercosul aparece como uma iniciativa orientada fundamentalmente para a ampliação do mercado e regida pelo critério de eficiência econômica, esta compreendida como a maximização do lucro. Daí o fato de que sua formulação e implementação tenha estado em mãos exclusivamente dos governos, das empresas transnacionais e dos grandes grupos econômicos locais. A falta de participação das organizações sociais e dos setores populares significa um vício de origem que não pode ser deixado de lado.

O processo começou em 1986 com a Declaração de Iguazu, firmada entre a Argentina e o Brasil; nela se subli-

nhava a necessidade de aumentar o poder de negociação diante do resto do mundo, e se mencionavam as dificuldades derivadas do endividamento no comércio internacional, da deterioração dos termos de intercâmbio e da fuga de divisas. Ambos os países assinaram em 1988 o Tratado de Integração e Cooperação Econômica, que estabelecia a criação de um mercado comum num prazo de dez anos, mediante a eliminação de barreiras tarifárias e

Como todo ídolo, o mercado global exige sacrifícios humanos: os excluídos pelo sistema são as vítimas necessárias

não-tarifárias; o objetivo era não apenas incrementar o intercâmbio comercial, mas encarar projetos comuns de cooperação. Em julho de 1990, a Ata de Buenos Aires, firmada pelas novas administrações que governavam ambos os países, antecipou para 1995 o prazo de constituição do mercado comum. E mediante o Tratado de Assunção (março de 1991), o Paraguai e o Uruguai se incorporaram ao processo, dando lugar à criação do Mercosul.

O Mercosul consiste em um conjunto de acordos bilaterais, regionais e setoriais que têm como objetivos: (a) a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos (capital, trabalho, tecnologia, matérias-primas); (b) o estabelecimento de tarifas aduaneiras externas e a adoção de uma política co-



mercial comum com relação aos demais países e blocos; (c) a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os membros. O caráter

do Tratado de Assunção é predominantemente comercial; a questão tarifária não aparece ligada a uma estratégia de desenvolvimento regional mais ampla (industrial, financeira, tecnológica, etc.). Além disso, até mesmo seus defensores reconhecem que provocará uma crise nos setores frágeis, maior concentração de capital, aumento do desemprego e nivelamento abaixo das condições sociais e de trabalho.

O Mercosul não parece ser uma ferramenta adequada para a consecução do legítimo anseio de integração de nossos países. Este anseio, expresso de diversas maneiras ao longo de nossa história, e em nome do qual foram levadas a cabo várias iniciativas de diversas índoles que coincidiram no fracasso, não pode concretizar-se mediante uma iniciativa que por sua lógica (o mercado) e sua intencionalidade (a maximização do lucro) necessariamente produz privilegiados e excluídos.

DESAFIOS ÀS IGREJAS: UM ENFOQUE BÍBLICO-TEOLÓGICO

A vontade de Deus, revelada no Antigo e no Novo Testamentos, é o evangelho de vida abundante e plena para todos os seres humanos sem distinções. Esta afirmação de vida se contrapõe a todo sistema firmado em uma lógica vitimária: aquela na qual a satisfação de uns poucos custa o sacrifício de muitos.

Quando falamos de desafios pastorais, temos em mente um conceito de pastoral baseado em uma ação coletiva, na qual não há diferença entre o clero e o laicato, e que coadjuva necessariamente uma dimensão profética. Esta pastoral tem dois aspectos inseparáveis, a denúncia e o anúncio, no marco de uma interpretação de processo histórico "a partir do reverso", a partir do lugar dos excluídos.

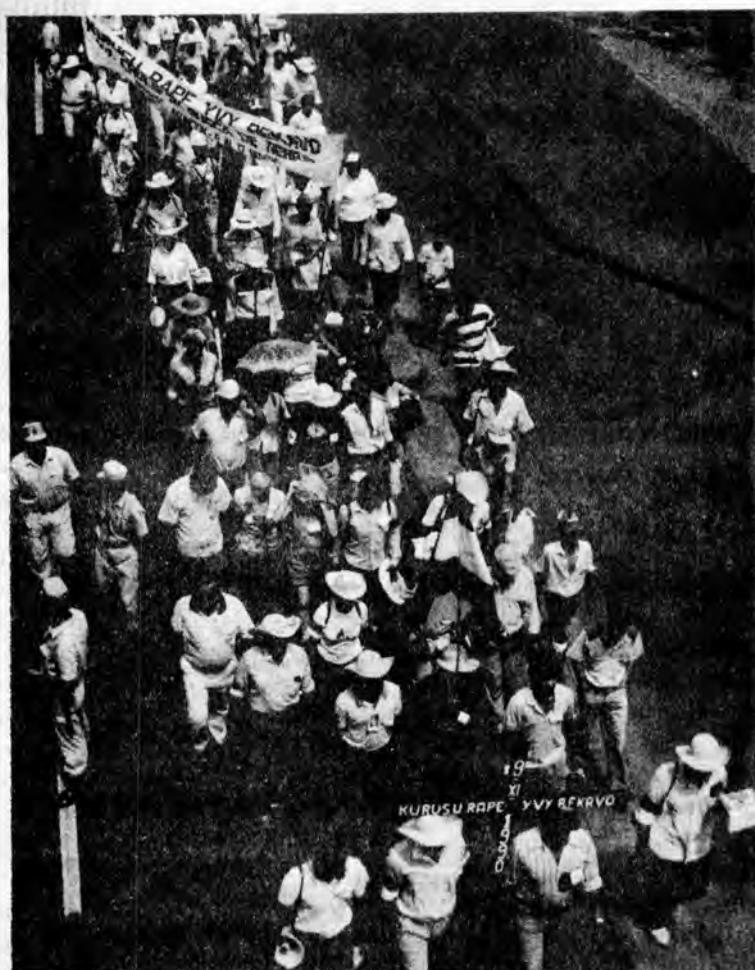
Como cristãos somos chamados a acompanhar a marcha histórica da comunidade humana, sem a pretensão de qualquer tutela. Pelo contrário, estamos conscientes de que compartilhamos da responsabilidade por suas injustiças e falências. Entretanto, nossa tarefa é — respeitando a autonomia da história — descobrir os paradigmas do reino de Deus articulados ou emergentes nela.

A história humana é uma história de conflitos, mas a superação destes conflitos não consiste na aniquilação do outro, mas no seu reconhecimento e participação. O reino não aparece como o triunfo de uma fração, mas como a irrupção do novo.

Hoje em dia está se produzindo uma modificação dos cenários e das formas de poder para a qual não temos explicações acerca da dinâmica histórica, mas tampouco nos exime dos esforços para construir um conhecimento necessário ainda que estejamos conscientes de sua qualidade provisória.

A partir de uma ótica teológica, podemos afirmar que os processos econômicos e políticos em curso, com suas consequências sociais, podem ser interpretados como uma manifestação de poderes demoníacos.

As devastadoras consequências



A lógica neoliberal é força geradora de uma massa de excluídos em luta pela vida

cias humanas do sistema hoje dominante nos apresentam sérios desafios; basta mencionar as seqüelas antropológicas do empobrecimento (transtornos neurofisiológicos, mutações culturais e sociais), que em muitos casos são irreversíveis ao final de várias gerações; o surgimento de formas de violência tanto "horizontal", isto é, ao interior de um mesmo setor social, como xenófoba, enraizada em fenômenos de identificação nacional estimulados pela dissolução dos marcos de referência imediatos e que conduzem a atitudes sectárias, discriminatórias e excluientes.

Neste contexto, impõe-se a necessidade de uma pastoral

que, além da dimensão profética, incorpora de maneira realista uma tarefa de contenção afetiva e solidária. Como critérios orientadores para esta pastoral sugerimos os seguintes:

(a) **A exclusão.** Esta traduz-se na situação de numerosíssimos contingentes humanos reduzidos à condição de objetos descartáveis. Esses setores devem ser o polo privilegiado em torno do qual se constrói a comunidade fraterna e solidária.

(b) **A dignidade humana.** A lógica do sistema que atualmente impera pretende eliminar a solidariedade da vida social, enquanto afirma a absoluta ausência de alternativas. A atitude profética consiste, en-

tão, em reafirmar em nome de Deus, o Criador, a inalienável dignidade de todo ser humano.

(c) **A gratuidade.** A ideologia neoliberal consagra a competitividade e a eficiência como valores supremos para a vida individual e social. Entretanto, a fé cristã afirma que o reino de Deus é produto do amor e da graça divinas, e que nenhuma construção humana pode tomar o seu lugar.

(d) **A opção pelos pobres.** Optar pelos pobres significa solidarizar-se radicalmente com aqueles que hoje em dia não têm nenhuma perspectiva de obter poder econômico nem político. É um ato gratuito de fé, uma aposta na ação do Espírito na história humana.

RECOMENDAÇÕES PARA A AÇÃO PASTORAL

As igrejas devem ser uma voz profética e uma presença solidária em favor e junto àqueles que são afetados negativamente pelas políticas de corte neoliberal, e cuja situação previsivelmente será agravada com a plena vigência do Mercosul. Neste sentido, fazemos as seguintes recomendações para a ação pastoral, dentro deste marco e a serviço de nossos povos, no meio dos quais fomos chamados a dar testemunho.

No âmbito das Igrejas e organismos ecumênicos

1) Como parte de sua tarefa, as igrejas devem elaborar uma integração teológica e pastoral dos legítimos anseios de unidade dos povos latino-americanos, com ênfase nas questões culturais (abrangendo todos os aspectos da vida) e particularmente na crítica à cultura predadora.

2) Enfatizamos, uma vez mais, a enorme importância que envolve — à luz dos enormes desafios que enfrentamos — o aprofundamento de uma vocação genuína e transparente da parte de nossas igrejas na busca da unidade para que o testemunho que damos seja digno de crédito.

3) Deste modo, destacamos a importância de que as igrejas se mobilizem principalmente naquelas áreas geográficas que já estão sendo afetadas pelo Mercosul, ante os efeitos negativos que produz. Para isso, recomendamos usar os meios efetivos de divulgação, conseguindo a colaboração de especialistas em todos os campos.

4) Por outro lado, consideramos necessária a participação ampla não apenas dos setores eclesiásticos e organismos ecumênicos, mas também daquelas igrejas que, mesmo não fazendo parte do movimento ecumônico, como este valorizam a vida, na coordenação de ações comuns que tendem a melhorar a qualidade de vida em nossos países.

5) Cremos que é tarefa das igrejas realizar uma interpretação teológica dos elementos religiosos idólatras presentes na ideologia legitimadora do Mercosul, denunciando a maneira pela qual este sistema usa figuras, símbolos e imagens que conduzem a práticas religiosas que contrariam os valores do Evangelho.

6) Finalmente, recomendamos que as igrejas, as federações e os organismos ecumênicos tomem a iniciativa de desenvolver uma estratégia ecumônica para envolver as comunidades de diferentes denominações em ações pastorais con-



juntas, tendentes ao fortalecimento de comunidades de fé abertas aos problemas de nosso tempo e confiadas na promessa de quem as sustenta.

No âmbito da sociedade civil

1) Valorizamos aquelas expressões, atitudes e gestos das igrejas, organismos ecumênicos e organizações populares que, à luz do Evangelho, denunciam as diferentes formas de exclusão, marginalização, exploração e empobrecimento da maioria da população como consequência do Mercosul; particularmente o aumento da concentração de riqueza em mãos de minorias transnacionais, locais e vinculadas às próprias igrejas.

2) Recomendamos, também, a criação e manutenção de espaços (foros) de discussão nos quais os setores sociais desfavorecidos, grupos étnicos e organizações populares possam fazer ouvir a sua voz, bem como incentivar experiências de economia solidária.

3) Sugerimos a formação de equipes interdisciplinares e pluralistas que façam pesquisas que permitam clarear os diversos aspectos que envolvem o Mercosul e suas consequências.

4) Finalmente, reconhecemos como parte integrante da missão da Igreja a promoção de uma tarefa conscientizadora e educativa nas comunidades locais, que lhes permita uma inserção criativa e responsável na transformação da realidade social, a partir de sua própria perspectiva e identidade.

Porto Alegre, 28 /11/ 1992.

DICAS DE LEITURA

MERCOSUL: INTEGRAÇÃO OU DOMINAÇÃO?

Paulo Schilling

São Paulo: CEDI, 1992

Enfoca várias iniciativas de integração ao longo da história latino-americana, passando por uma análise da conjuntura atual da América Latina dentro do contexto mundial. Mostra também seu impacto negativo na economia brasileira. Acima de tudo, demonstra que os principais beneficiários do Mercosul serão os grupos transnacionais instalados na região.

MERCOSUL
INTEGRAÇÃO
OU DOMINAÇÃO?



Paulo R. Schilling

CEDI

MERCOSUL: A INTEGRAÇÃO NEOLIBERAL

Maria Clara Couto Soares

In: *Políticas Governamentais*, Ibase, RJ, nº 77 (abril-maio/92)

Aborda a integração econômica da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai sob o ponto de vista dos respectivos governos. Traz uma visão crítica do processo e aponta alternativas para os setores populares.

O QUE É O MERCOSUL
Francisco Magalhães Filho
Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992

Analisa causas e motivações que levaram à criação do Mercosul. Descreve ainda seus principais mecanismos e funcionamento.

MERCOSUL E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES.

Cadernos da CUT, nº 8, 1993

A coletânea de artigos apresenta o Mercosul em seus aspectos principais, bem como avalia seus impactos nos distintos setores e atividades da economia, principalmente suas implicações quanto aos direitos dos trabalhadores.

LIBERALISMO: MERCOSUR Y EL JARDÍN DE LAS TRANSNACIONALES

Fondad, Uruguai

Montevideu: Fondad, 1992

Apresenta as implicações da criação do Mercosul e da assinatura deste tratado com os Estados Unidos sob o ponto de vista uruguai.

MERCOSUL E SEUS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO.

In: *Boletim Dieese*, São Paulo, março/1993

Avalia o impacto das variáveis como taxas de desemprego, níveis de remuneração, segurança social etc. sobre o mercado de trabalho, com a formação do Mercosul.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO: RELATÓRIO DO ENCONTRO FRONTEIRIÇO DE ORGANIZAÇÕES RURAIS

Tarson Nunes

Rio Grande do Sul, 1991

Busca situar o processo de integração latino-americana no contexto das mudanças mundiais em curso e faz uma avaliação inicial dos seus efeitos para nossa região específica.

A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O MERCOSUL.

Ricardo Seintefus

São Paulo: Instituto de Estudos Avançados (USP), 1992

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MERCOSUL.

Rio de Janeiro: IBGE, 1993

MERCOSUL OU NOSSA INTEGRAÇÃO?

Porto Alegre: CAMP

BOLETIM DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Brasília: Ministério das Relações Exteriores

MERCOSUL: INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E RELAÇÕES COM A COMUNIDADE EUROPÉIA

Instituto Cajamar/Desep

São Paulo: INCA, 1993

MERCOSUL: AGRICULTURA E COOPERATIVAS

Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

Curitiba, 1992

